

O PROCESSO DE INSERÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA E SEUS AVANÇOS NO CAMPUS SÃO LUÍS MARACANÃ

V. A. R. Gomes¹; C. B. Silva²

^{1 2} Instituto Federal do Maranhão

¹viviangomes@ifma.edu.br; ²carolina.silva

RESUMO

Este artigo promove uma discussão teórica sobre ações práticas do processo de inserção e de institucionalização da Educação à Distância (EaD) nos Institutos Federais de Educação (IFES) através do E-Tec Brasil. Apresentamos um breve histórico sobre o crescimento da EaD no Brasil e dos cursos técnicos ofertados na modalidade à distância. Na instituição, o foco da pesquisa será apresentar a metodologia de EaD utilizada. O crescimento da EaD promovido pelos programas federais, como o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Rede E-Tec Brasil, [o qual] é uma parceria entre governo federal, municípios e instituições de ensino, que viabilizam a oferta de cursos de EaD em todo o país. Assim, este trabalho tem como objetivo promover reflexões em torno das discussões descritas a partir da capacitação profissional voltada para a necessidade do mercado de trabalho. Trata-se de um estudo de caso descritivo, bibliográfico, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados a partir de documentos da coordenação do E- Tec Campus São Luís Maracaná.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância, Ensino Técnico Profissionalizante, Institucionalização.

THE PROCESS OF INTEGRATION AND INSTITUTIONALIZATION OF DISTANCE EDUCATION IN FEDERAL INSTITUTE OF MARANHÃO - IFMA AND ITS PROGRESS CAMPUS SÃO LUIS MARACANÃ

This article promotes a theoretical discussion on practical actions for integration and institutionalization of distance education (DE) in the Federal Institutes of Education (IFES) through the E-Tec Brazil process. Here is a brief history of the growth of distance education in Brazil and the technical courses offered in distance mode. The institution of the research will focus presents the methodology used DL. The growth of distance education promoted by federal programs such as the Open University of Brazil (UAB) system and Rede E-Tec Brazil, which is a partnership between the federal government, municipalities and educational institutions, which enable the provision of distance education courses throughout the country. Thus, this aims to promote reflections on the discussions described from vocational training geared to the needs of the labor market.

KEYWORDS: Distance Education, Vocational Technical Education, Institutionalization.

O PROCESSO DE INSERÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA E SEUS AVANÇOS NO CAMPUS SÃO LUÍS MARACANÃ

INTRODUÇÃO

A educação profissional vem passando por um processo de expansão que, historicamente, revela-se a maior de todos os tempos, fato, que em parte, podemos atribuir a Educação a Distância. Ao impulsionar um olhar mais profundo sobre a questão, vemos que a EaD, diferente da modalidade presencial, consegue resultados maiores quanto ao alcance do número de alunos. Observamos, desta forma, que a educação profissional na EaD possibilita o acesso ao ensino a estudantes que optaram por este tipo de desenvolvimento profissional, buscando a qualificação. O presente artigo discute o processo de institucionalização da EaD no Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA desde a criação do E-Tec Brasil, especificamente no Campus São Luís Maracanã.

Estamos passando por uma constante busca por atualização e aperfeiçoamento profissional, nas mais diversas áreas de conhecimento e que devido a isso são também necessárias transformações nas relações de trabalho, no setor produtivo, nas relações sociais e no acesso à informação. Questões que são levantadas e que envolvem políticas públicas educacionais.

As bases legais criadas para a Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996), pelos Decretos n.º 2494/98 e n.º 2561/98 e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998.

Ainda sobre a legislação que regulamenta a EaD, o art. 2º do Decreto n.º 2494/98 diz:

"[...] os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto"

Como uma modalidade diferenciada de difusão do conhecimento que se dá fora dos espaços físicos conhecidos das escolas nas salas de aula, a EaD expandiu-se por meio de Decretos como o 5.822/05 que a caracteriza como modalidade educacional em que a aprendizagem acontece utilizando as TI (Tecnologias da Informação) para que professores e alunos desenvolvam suas atividades educativas em momentos e lugares diversos.

Sendo que as políticas educacionais criadas para oportunizar esse tipo de ensino oportunizou a milhares de estudantes a chance de obter um curso técnico que antes, em virtude de vários fatores os afastavam dos bancos escolares e da

profissionalização, além de possibilitar aos mesmos prepara-los para o exercício da cidadania.

Para Behar (2009), existe uma expectativa muito grande em torno da EaD, como se pode constatar por meio dos programas criados pelo Ministério da Educação, através da sua Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), criada para esse fim.

A reflexão das ações para a inserção da inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem tornam-se uma das estratégias governamentais para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação.

É importante ressaltar que este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa documental e bibliográfica sobre a temática, e está organizado em três tópicos: o primeiro apresenta a Educação à Distância na Educação Profissional, apresentando um breve preambulo do crescimento desta modalidade no país; o segundo apresenta o e-Tec Brasil como programa governamental que possibilita um curso profissionalizante a jovens e adultos de municípios distantes da capital; e o terceiro apresenta os números do e-Tec Maracanã com a análise dos dados obtidos pela coordenação e amplitude do programa no Estado.

Com esta organização, refletiremos acerca da institucionalização da EaD no IFMA por meio da participação do Campus Maracanã nesse processo pelo programa e-Tec Brasil, do Governo Federal, e suas ações vigentes até então.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Schlemmer (2005), a EaD é a utilização das tecnologias da internet para propiciar um amplo conjunto de soluções que objetivam servir de suporte para que a aprendizagem ocorra. Sendo assim, possibilita soluções de aprendizado que vão além dos paradigmas tradicionais que estamos acostumados – treinamento, estímulo-resposta – presentes na concepção tradicional da educação e também revelados pelo fornecimento de treinamento e instrução usual.

Para Giusta (2003) a educação à distância é:

[...] professores e alunos se envolvem em situações de ensino/aprendizagem, em espaços e tempos que não compartilham fisicamente, utilizando-se da mediação propiciada por diferentes tecnologias, principalmente pelas tecnologias digitais.] GIUSTA (2003, p.26).

Em virtude da sociedade estar sofrendo alterações em seus hábitos, costumes, culturas e valores, sendo estas mudanças são provocadas pela expansão do capitalismo e a introdução de novas tecnologias.

A educação profissional, acompanhando esses avanços, nos dias atuais, agrega novos valores na carreira do trabalhador, passou a ser uma exigência do mercado de trabalho, além de possibilitar o desenvolvimento social. A EaD surge como uma nova opção para esse trabalhador na hora da escolha por um curso profissionalizante, à luz de novas e diversas possibilidades e oportunidades de aprendizagem para os estudantes que optam por essa modalidade, independentemente do lugar e horário que esteja.

Para Moore e Kearsley (2007), existem três características que um aluno deve apresentar para ter sucesso nos cursos a distância:

- a) A Intenção de concluir o curso, que exige a disciplina;
- b) A entrega antecipada, não deixar a tarefa/atividade para a última hora; e
- c) Ter concluído outros cursos a distância, que encoraja a seguir adiante.

Locatelli e da Silva (2011) acrescentam à estas uma outra característica necessária para ter sucesso na EaD: a autonomia, uma vez que para obter êxito, o aluno virtual deve ter consciência de ter que ser seu próprio motivador para dar continuidade aos estudos.

Sendo considerada por alguns estudiosos como sinônimo de educação massificada e de qualidade inferior, devido a sua natureza, posição que vários outros autores se opõem, já que a EaD deixou de ser um pacote de facilidades e passou a ser uma oportunidade de continuidade. Entretanto, tal característica foi marcante nas origens da EaD, quando muitas dessas práticas se mostraram como tecnicistas, enfatizando o material pedagógico (pacotes instrucionais) em detrimento da mediação pedagógica exercida pelo professor. (BELLONI, 2006).

Para Maia e Matar(2007) a EaD:

“Sem dúvida, a EaD traz novas (e diversas) possibilidades e oportunidades de aprendizagem para os alunos, independentemente de sua localização geográfica ou dos horários em que possam estar disponíveis para frequentar um curso. Os que antes não podiam frequentar uma instituição de ensino, como os que residem longe dos grandes centros ou que não podem abandonar fisicamente seu local de trabalho, podem agora se educar a distância.” (MAIA E MATTAR, 2007, p. 83)

O que levanta o questionamento sobre os alunos terem consciência se possuem o perfil para trabalhar e usar a EaD para fazer um curso profissionalizante, de forma a terem a disciplina necessária para seguir o curso sem titubear ou perder o estímulo diante das adversidades que podem encontrar no decorrer do curso. Outro importante ponto de apoio para a continuação do aluno na EaD é a plataforma e a equipe pedagógica do curso que devem sempre estar disponíveis e criando mecanismos que facilitem o acesso e contato com o ambiente virtual onde ele busca apoio.

O processo de educação sempre esteve ligado ao princípio de presença física dos alunos a um determinado espaço físico deixou de ser uma premissa básica com o surgimento da educação à distância. Os muros que antes delimitavam o acesso ao aluno às escolas agora foram substituídos por computadores e liberdade para estudar a hora que quiser, pois as novas tecnologias oportunizam isso.

De acordo com Marçal (2000) a auto-aprendizagem parte do contexto de inserção do aluno adulto capaz de ser sujeito de seu próprio processo de aprendizagem, processo que irá se desenvolver ao longo de sua vida e de forma colaborativa. Sendo assim, ser capaz de interagir com as tecnologias para melhorar o processo de aprendizagem é importante para o sucesso do processo.

Para Silva (2013) as tecnologias interativas têm produzido grande impacto e alteração nas relações sociais e nas relações de espaço no trabalho e no lazer, configurando assim, novas políticas públicas para atender as especificidades de cada

região e os interesses dos diversos segmentos dessa sociedade capitalista. O que mostra o surgimento de novos hábitos e culturas, que refletem os interesses que os estudantes atualmente possuem em relação à educação e a formação profissionalizante.

De acordo com Alves (2011), abriu-se uma exceção para os discentes matriculados nos programas de educação a distância que ficam dispensados de comparecer às aulas nos ambientes convencionais. Já que nossa legislação educacional exige a presença física de, pelo menos 75%, para permitir a progressão de série, seja no ensino fundamental, médio ou superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 não modificou princípios que já vinham vigorando desde 1961, não apresentando inovação em relação à presença física. Somente abriu caminhos para seu crescimento no artigo 80 que diz: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 41)

Sendo responsabilidade da União a regulamentação dos requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância em todo o país. Além de outros itens relacionados ao tema, a LDB aponta que a EaD goza de tratamento diferenciado devido a sua natureza.

De acordo com Paula (2010) a partir de 1996 desencadeou-se uma série de atos normativos relacionados a EaD, afirmando que “[...] a educação à distância foi ganhando cada vez mais destaque, alcançando visibilidade crescente no cenário da educação nacional [...]” (Paula 2010, p.93).

De acordo com Moran (2011), as instituições que estão atuando na EaD precisam apresentar modelos mais eficientes e que sejam atraentes aos alunos onde os conteúdos predominantes do ensino presencial possam ser condensados e aplicados de uma forma que funcione para todos.

Ao longo dos anos, as legislações foram se aprimorando e em 2005 a partir do Decreto nº 5.622 que caracteriza a EaD como modalidade educacional, ocorre o surgimento de vários programas de governo que possibilitam a inserção de alunos através desta modalidade em todo o país, inclusive o e-Tec Brasil.

O E-TEC BRASIL COMO PROGRAMA DE GOVERNO

A Rede e-Tec Brasil foi criada por meio do Decreto nº 6.301, de 12 de Dezembro de 2007 e alterado pelo Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, fruto da parceria entre Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação à Distância (SEED) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), universidades, institutos federais e escolas técnicas estaduais.

De acordo com o Art. 3º do Decreto 7.589/11 são objetivos da Rede e-Tec Brasil:

- I - estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional;

- II - expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;
- III - permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;
- IV - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos;
- V - permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- VI - promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- VII - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e
- VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância. (BRASIL,2011, p. 02)

Podemos perceber que estes são objetivos válidos e possíveis de se alcançar desde que todos os envolvidos no processo União, Estados, Distrito Federal e Municípios trabalhem visando a oferta de educação profissional e tecnológica a distância, ampliando e democratizando o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, desenvolvendo assim, a Educação Profissional e Tecnológica através da EaD.

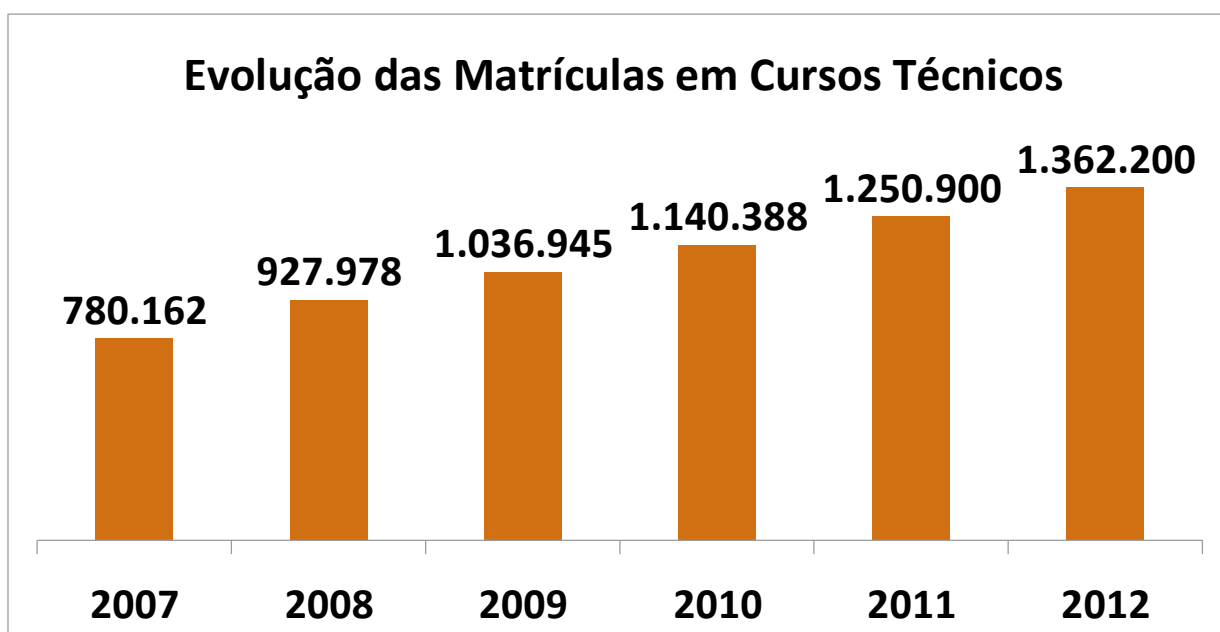
Para Neves (2003), são dez os itens básicos contidos nos Referenciais de Qualidade que devem merecer especial atenção das instituições que preparam seus cursos e programas a distância:

- 1) Compromisso dos gestores;
- 2) Desenho do projeto;
- 3) Equipe profissional multidisciplinar;
- 4) Comunicação/interação entre os agentes;
- 5) Recursos educacionais;
- 6) Infraestrutura de apoio;
- 7) Avaliação contínua e abrangente;
- 8) Convênios e parcerias;
- 9) Transparência nas informações; e 10) sustentabilidade financeira.

É de responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC possibilitar aos governos estaduais e municipais, que tenham interesse em montar os polos regionais nas suas cidades para sediar os cursos de educação técnica e profissional. Enquanto que o Ministério da Educação fica responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos; e os Estados, Distrito Federal e Municípios, interessados em firmar convênio, são responsáveis por providenciar a estrutura necessária para a instituição dos cursos.

A EaD foi criada com o intuito de promover o ingresso, permanência de jovens e adultos nos bancos escolares, através da profissionalização, pelo ensino à distância. Sendo entendida como estratégia de elevação da escolaridade articulada com as demais ações da própria instituição promotora, fortalecendo as possibilidades de permanência e continuidade de estudos dos estudantes.

Estudos mostram que com o crescimento da EaD houve um salto no número de matrículas em Cursos Técnicos na Rede Federal que passou de 780.162 matrículas em 2007 para 1.362.200 em 2012. Mostrando que há um crescimento na oferta de cursos técnicos em EaD. Também, em relação ao número de polos também foi um salto significativo de 190 em 2009 para 841 em 2012, como podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: INEP/Censo da Educação Básica 2012

O salto de matrículas em cursos técnicos em EaD pode ser visto, na opinião do presidente da ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância, Fredric Litto (2011), como pontos positivos pois possibilita a interação com pessoas incapacitadas de frequentarem instituições convencionais de ensino, seja por morarem em locais afastados, seja por falta de tempo, por deficiência física ou mental ou por outros motivos.

O preconceito quanto à modalidade ao longo dos anos tem diminuído consideravelmente, em virtude do êxito na conclusão dos mesmos resultando em profissionais formados em todo o país.

Para ter direito ao acesso a cursos à distância, estes devem ofertar suas disciplinas semipresencialmente, pois obrigatoriamente necessitam de momentos presenciais como encontros, seminários e avaliações, obedecendo ao que a LDB diz sobre a modalidade.

Assim, as políticas recentes demonstram que os Institutos Federais de Educação têm se esforçado para se ambientar com o *e-learning*, mostrando que

sempre é necessário aprofundar-se sobre os estudos para promoção da educação profissional na educação à distância, já que público-alvo sempre está em constante mudança e os processos pedagógicos devem estar em consonância com essas mudanças ou que estejam aptas a preparar os alunos para essas mudanças.

O E-TEC BRASIL NO CAMPUS MARACANÃ

O Campus São Luís Maracanã integra o Instituto Federal do Maranhão IFMA desde 2008, no entanto, iniciou sua trajetória educacional em 1947, primeiramente como Escola Agrotécnica Federal de São Luiz – MA, criada pelo Decreto nº 22.470 de 20 de outubro de 1947, sempre atuando em sua vocação natural para a oferta dos cursos na área agrícola. Fizeram parte dessa integração as Escolas Agrotécnicas de Codó e de São Raimundo das Mangabeiras e Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET.

O Instituto Federal do Maranhão IFMA conta atualmente com 8 cursos técnicos ofertados pelo E-Tec Brasil são eles: Curso Técnico em Alimentação Escolar; Curso Técnico em Infra-estrutura Escolar; Curso Técnico em Multimeios Didáticos; Curso Técnico em Serviços Públicos em Segurança do Trabalho; Curso Técnico em Manutenção e Suportes em Informática; e Curso Técnico em Agropecuária.

Os demais cursos ofertados por outros campi do IFMA são integrantes do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário, Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, que está em 2º lugar em número de matrículas por eixo.

No Profucionário podem participar servidores públicos efetivos ou contratados que atuem em setores ligados aos Sistemas de Ensino da Educação Básica nos municípios do Maranhão e que estejam na função e/ou desenvolvendo atividades correlatas com o curso pretendido. O processo de seleção obedece a editais previamente lançados com critérios estabelecidos para sua realização.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, faz parte das metas e estratégias para a Educação Profissional Técnica fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

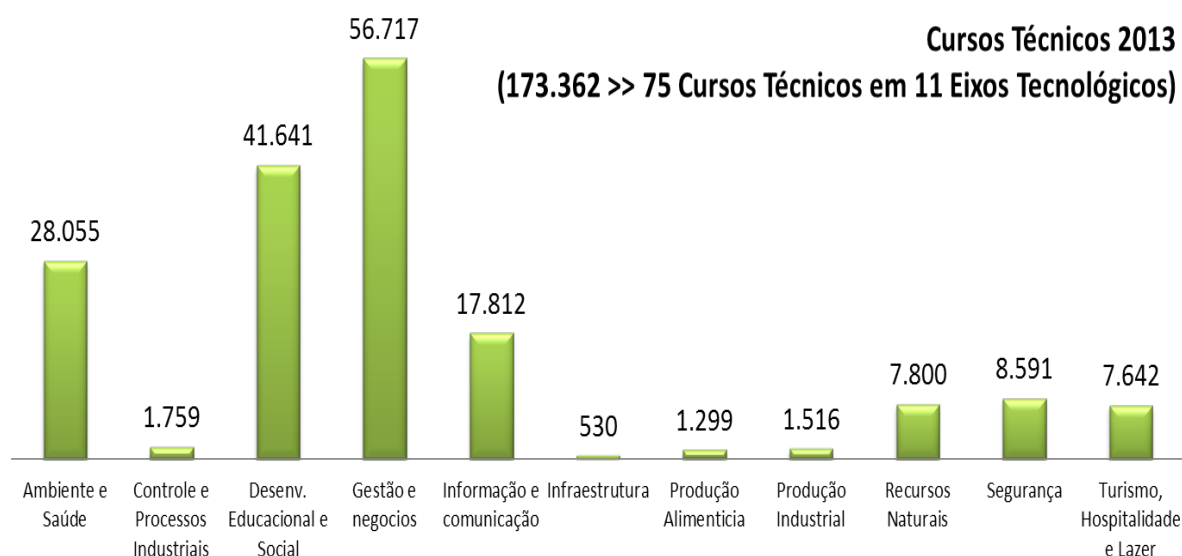


FIGURA 1 – Inscritos de 75 Cursos em 11 Eixos Tecnológicos

De acordo com o SETEC/MEC, o Eixo Recursos Naturais está em 6º lugar no ranking de Eixos Tecnológicos de inscritos em toda Rede Federal. Sendo o Curso Técnico em Agropecuária do Campus São Luís – Maracanã pertencente ao referido eixo é ofertado na forma Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade a Distância e PROEJA. São 18 polos que contam com o seguinte quantitativo de alunos matriculados:

Tabela 1: Quantitativo de Alunos Frequentes (e-Tec Brasil 2013)

Polo	PROEJA	SUBSEQUENTE	TOTAL DE FREQUENTES
	Frequentes	Frequentes	
1. Barra do Corda	50	49	99
2. Brejo	19	39	58
3. Buriti Bravo	38	56	94
4. Caxias	20	39	59
5. Colinas	39	45	84
6. Cururupu	33	45	78
7. Imperatriz	21	35	56
8. Lago da Pedra	51	62	113
9. Nina Rodrigues	34	53	87

10. Palmeirândia	45	55	100
11. Paraibano	56	54	110
12. Pinheiro	46	47	93
13. Franco	31	61	92
14. Presidente Médici	34	66	100
15. Santa Luzia do Paruá	42	54	96
16. São Benedito do Rio Preto	33	53	86
17. São Luiz Gonzaga do Maranhão	28	49	77
18. Tutóia	35	60	95
TOTAL	655	922	1577

DADOS ATUALIZADOS EM 15/07/2014

Fonte: Coordenação e-Tec Maracanã

Como observamos na tabela acima, foram 1.650 vagas ofertadas divididas igualmente para o curso de Agropecuária Proeja e Agropecuária Subsequente no ano de 2012 para o ano letivo de 2013. Observamos também que as vagas destinadas ao PROEJA por falta de inscritos foram destinadas para o curso Subsequente. Sendo assim, o aproveitamento das vagas chega a quase sua totalidade 93%.

São disponibilizadas vagas para deficientes (5%) e o critério adotado para a verificação da pertinência do candidato ao ingresso acontece por reserva de vagas e auto declarados pretos, pardos e indígenas não autodeclarados pretos, pardos e indígena também seguem a mesma linha de verificação para pleitear vagas no sistema de cotas.

Para o reitor do IFMA Roberto Brandão, no encontro promovido pela Coordenação do e-Tec Maracanã ao ouvir as experiências dos profissionais que atuam nos 18 municípios/polos onde o Campus oferece o Curso Técnico em Agropecuária: “A educação a distância alcança uma população tão necessitada, e, por isso, fiz questão de hoje estar olho no olho com vocês, coordenadores e tutores, que fazem esse serviço e fazem com zelo”.

Esses momentos são primordiais para afinar as ações e relatar as experiências e dificuldades encontradas nos polos de atuação no e-Tec Brasil Campus Maracanã, pois estar próximo dos alunos e seus polos facilita a solução de problemas e aproxima o aluno do curso, diminuindo o índice de evasão.

Para a Diretora do Campus Maracanã, Lucimeire Amorim Castro, o baixo nível de evasão no Curso Técnico em Agropecuária e atribui o resultado à dedicação de toda a equipe. Para ela: “significa que o grupo está fazendo um bom trabalho, que já está gerando frutos fantásticos”.

Resultado disso são o número de pessoas formadas pelo e-Tec já trabalhando e produzindo, contribuindo assim com melhoria expressiva nas suas vidas e de suas comunidades nos 18 polos assistidos pelo programa.

São ações dessa natureza que motivam os trabalhadores que atuam no programa e-Tec Brasil e serve de referência para outros alunos se inscreverem e participarem. A credibilidade conquistada é muito importante para o sucesso e prosseguimento do programa no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização da Educação a Distância nos institutos federais, assim como em outras instituições onde se faz presente, considerando a legislação em vigor, por ser uma proposta pedagógica não se encontra distante da realidade presencial, somente utiliza métodos diferenciados para alcançar seu público, métodos esses que ao longo dos anos tem evoluído bastante e encontrado solo fértil para sua expansão.

Apesar de resguardadas algumas situações, observa-se que a EaD pode ser amplamente difundida e merece ser tratada como política pública, e não como política pública de governo, como tem sido feita atualmente. E, como observamos, já houve um grande avanço em relação a esse ponto.

Em relação ao aluno do ensino à distância é necessário que este seja autônomo e tenha um perfil investigativo, pois como momentos presenciais são poucos é importante que este crie uma rotina de estudos para que não esmoreça e perca o foco.

Dessa forma, a EaD, seja ela básica ou profissionalizante, cria novas perspectivas ao educando, fora dos bancos escolares à muito tempo, por diversos motivos, pois amplia seus conhecimentos, apresentando novas possibilidades e realidades onde anteriormente não existia.

A tendência no momento é que as fronteiras entre educação presencial tradicional e a distância cada vez mais percam suas demarcações rígidas e se aproximem. Os cursos a distância tendem recorrer a atividades presenciais como estratégias para conseguir um melhor rendimento, aumentando assim o sentimento de fazer parte de um grupo vivo deixando para trás o anonimato dos computadores, o que pode ser decisivo para evitar a evasão, presente em vários cursos de EaD no país.

Estratégias de aproveitamento de vagas para cursos que tem uma procura maior que outras também é uma opção. Foi o que foi feito no IFMA Campus São Luís Maracanã que aumentou seu quantitativo de alunos em um Curso quando percebeu que tinha potencial de crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. São Paulo: Autores Associados, 2009.

COSTA, Celso José. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 15, n. 2, 2007.

Decreto Presidencial. Decreto 5.154, de 23/07/2004. Regulamenta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 06 mar 2012.

_____. Decreto nº 5.622, de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 28 fev 2012.

_____. Decreto nº 5.800, de 08/06/2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 06 mar 2012.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 05 mar 2012.

_____. Decreto nº 7.589, de 26/10/2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em: 01 mar 2012.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. Educação a distância: da legislação ao pedagógico. Petrópolis: Vozes, 2010

GUISTA, Angela da Silva; Franco, Iara Melo. Educação à distância: uma articulação entre a teoria e a prática. Ed. PUC Minas. Minas Gerais: 2003.

Lei Presidencial. Lei 12.513, de 12/10/2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Disponível em: http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf. Acesso em: 01 mai 2014.

PAULA, Luciane Miranda de. Universidade Virtual. Ed Puc Minas: Minas Gerais. 2010.

MATTAR, João; MAIA, Carmem. ABC da EaD: A educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 138 p.

MOORE, Michel; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: Uma visão Integrada. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

MARÇAL, J. C. " Novas tecnologias da informação e comunicação no contexto da formação continuada à distância". Disponível em:
<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/percieinformacao/art10Juliane.pdf>. Acesso em: 13 junho 2014.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Referencias de Qualidade para Cursos a Distância. Brasília, 2003. Disponível em:
<http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ReferenciaisQualidadeEAD.pdf>. Acesso em: 03 junho 2014.

SCHLEMMER, Eliane. Metodologias para educação a distância no contexto da formação de comunidades virtuais de aprendizagem. In: BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012 = Censo EAD.BR: Analytic Report of Distance Learning in Brazil/[traduzido por Opportunity Translations]. – Curitiba: Ibpx, 2013

LOCATELLI, Ederson Luiz; SILVA, Jones Quadros da . GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA: POR QUE O ALUNO OPTA?– Relatório de Pesquisa UNISNOS –2011. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/197.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2014

Portal do IFMA. Disponível em :
<http://www.ifma.edu.br/index.php/departamentos/6504campus-maracana-promove-encontro-para-formacao-de-coordenadores-e-tutores-doe-tec-brasil> . Acesso em: 17 de maio de 2014.